



## **Desenvolvimentismo, Dependência, Nacionalismo e Socialismo: Notas teóricas, os governos Lula e Dilma e o cenário pós-golpe de 2016<sup>1</sup>**

Roberto Bitencourt da Silva <sup>2</sup>

### **Resumo**

O ensaio tem como objetivo problematizar a difusa e pouco rigorosa categoria interpretativa do “nacional-desenvolvimentismo”, assinalando contornos conceituais e teóricos que possibilitem distinguir o desenvolvimentismo do nacionalismo, a partir da mobilização parcial do debate intelectual promovido entre os anos 1940 e 1960, envolvendo estudiosos associados à Cepal e ao Iseb. Ademais, ressaltamos críticas tecidas pela teoria marxista da dependência ao desenvolvimentismo. A partir dessa digressão teórica, tem-se em vista descrever e analisar aspectos que tipificaram o chamado “neodesenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma, sublinhando limitações e desdobramentos político-econômicos que envolveram o golpe de 2016 e o cenário posterior, ainda em aberto, marcado pela intensificação da dependência econômica e tecnológica, como também pela potencialidade de gerar uma crise terminal do desenvolvimentismo. O ensaio se insere no entrecruzamento das linhas de conhecimento das Histórias Intelectual, Política e Econômica.

**Palavras chave:** Desenvolvimentismo, Nacionalismo, Governos Lula e Dilma, Dependência, Capital estrangeiro.

### **Desarrollismo, dependencia, nacionalismo y socialismo: Teoría, los gobiernos Lula y Dilma y el escenario después del golpe de 2016**

### **Resumen**

El ensayo tiene como objetivo cuestionar la difusa y poco rigurosa categoría interpretativa del "nacional-desarrollismo", señalando contornos conceptuales y teóricos que posibiliten diferenciar el desarrollismo del nacionalismo, a partir de la movilización del debate intelectual promovido entre los años 1940 y 1960, involucrando estudiosos asociados a la Cepal y al Iseb. Además, son subrayadas críticas hechas por la teoría marxista de la dependencia al desarrollismo. A partir de esa perspectiva histórica y teórica, se tiene en mira realizar una descripción y análisis sobre aspectos que caracterizaron el “neodesarrollismo” de los gobiernos de Lula y

<sup>1</sup> Texto apresentado na mesa “A crise do nacional-desenvolvimentismo” do Simpósio Internacional Cinquenta anos de 1968: a era de todas as viradas, promovido pela FFLCH/USP, em junho de 2018.

<sup>2</sup> Doutor e pós-doutor em História (UFF), mestre em Ciência Política (UFRJ), professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Petrópolis/FAETEC) e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/Rio). As pesquisas mais recentes têm privilegiado temas e objetos de estudo relacionados à História Intelectual e à História da Imprensa, tendo publicado, em 2017, o livro Sergio Magalhães e suas trincheiras: nacionalismo, trabalho e anti-imperialismo – uma biografia política, Jundiaí-SP: Paco Editorial. Trata-se de resultado de pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em História – UFF, sobre o nacionalismo brasileiro (anos 1950-60) e, especialmente, a respeito da trajetória e das ideias políticas de Sergio Magalhães (1916-1991), deputado federal pelo PTB carioca (1955-1964) e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (1963-1964).

Dilma, destacando limitaciones y problemas políticos y económicos, que involucraron el golpe de 2016 y el escenario posterior, aún en abierto, de intensificación de la dependencia económica y tecnológica y de la potencialidad de crear una crisis terminal del desarrollismo. El ensayo trabaja en las líneas de conocimiento de las Historias Intelectual, Política y Económica.

**Palabras clave:** Desarrollismo, Nacionalismo, Gobiernos Lula y Dilma, Dependencia, Inversión Extranjera Directa.

**Developmentalism, dependence, nationalism and socialism: Theoretical notes, the Lula and Dilma governments and the post-coup scenario of 2016**

**Summary**

The essay aims to problematize the diffuse and less rigorous interpretative category of "national-developmentalism", pointing out conceptual and theoretical contours that make it possible to distinguish the developmentalism of nationalism, from the partial mobilization of the intellectual debate promoted between the years 1940 and 1960, involving scholars associated to ECLAC and ISEB. In addition, I emphasize criticisms from the Marxist theory of dependence to developmentalism. Based on this theoretical digression, the objective is to describe and analyze aspects about the so-called "neodesenvolvimentismo" of the Lula and Dilma's governments, underlining political-economic limitations and developments that involved 2016 coup and the later scenario, still open, marked by the intensification of economic and technological dependence, as well as the potential of developing a terminal crisis of developmentalism. The essay is inserted in the intersection of the lines of knowledge of the Intellectual, Political and Economic Histories.

**Key words:** Developmentalism, Nationalism, Lula and Dilma's Governments, Dependency, Foreign capital.

**Apresentação**

O conceito de “nacional-desenvolvimentismo” corresponde a um instrumento teórico bastante utilizado na literatura acadêmica, há décadas, em diferentes áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Na seara política, tem sido mobilizado pela gramática de segmentos progressistas razoavelmente sintonizados com o Partido dos Trabalhadores, bem como por boa parte do webjornalismo alternativo, servindo como critério avaliativo, descritivo e, em não poucas oportunidades, prescritivo, para designar e defender iniciativas e projetos eleitorais e de governo.

Por outro lado, ao menos desde meados dos anos 1980, com a emergência da crise de hiperinflação e do endividamento externo, e, sobretudo, após a década seguinte, devido à irradiação de ideias e políticas de sabor neoliberal, o conceito foi convertido em anátema, para amplos setores dos meios massivos de comunicação e das classes dominantes, em geral. Em nossos dias, algumas noções e medidas econômicas associadas ao chamado “nacional-

desenvolvimentismo” sofrem intenso processo de deslegitimação, na retórica das oligarquias liberais e conservadoras, como das principais corporações de mídia.

Em que pese a contemporânea e acalorada controvérsia dotada de nítidas implicações políticas, importa acentuar que, enquanto instrumento teórico de reflexão e classificação de ideias, experiências políticas e econômicas historicamente constituídas, o conceito de “nacional-desenvolvimentismo” é impróprio, destituído de rigor analítico. Dilui fenômenos históricos, enquadrando perspectivas políticas, visões intelectuais e experiências sociais, que possuíram características singulares, em um mesmo universo de inteligibilidade. Uma categoria de interpretação demasiadamente elástica. A prática da generalização, típica do engenho criativo sociológico, tende, no caso, mais a obscurecer do que a promover clareza sobre o passado e o presente brasileiro, com potenciais reflexos não mera e desinteressadamente acadêmicos, incidindo sobre possíveis propostas e escolhas políticas.

Nesse sentido, o ensaio tem em vista, inicialmente, apresentar um esquemático quadro do debate intelectual travado no intervalo temporal das décadas de 1940 a 1960, que permite mapear importantes diferenças entre as abordagens político-econômicas desenvolvimentistas e nacionalistas. Isso de sorte a salientar a necessidade de estabelecer contornos conceituais mais nítidos e que propiciem distinguir o desenvolvimentismo do nacionalismo, precisamente nos anos de gênese teórica do desenvolvimentismo e de maior expressão política do nacionalismo brasileiro. Tomo como fontes especiais de descrição e análise alguns escritos de autores vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

O trabalho põe ainda em evidência algumas críticas tecidas pela teoria marxista da dependência, na segunda metade dos anos 1960, ao desenvolvimentismo então esposado pela Cepal, cujos estudos e diagnósticos sobre as mazelas da região alcançaram notável reconhecimento político e intelectual, desde a sua criação como órgão das Nações Unidas, em 1948. Concomitantemente à identificação de algumas lacunas nas propostas cepalinas e de expectativas suas frustradas, destaco também o auge do desenvolvimentismo, o qual podemos designar como “empírico”, adotado nos governos da ditadura civil-militar, entre o final dos anos 1960 e a década seguinte.

Na sequência, abordo alguns traços e limitações do designado “neodesenvolvimentismo” dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com o propósito de sublinhar aspectos da crise econômica e política em curso no Brasil, cujos desdobramentos após o golpe judicial-parlamentar-midiático de 2016 ainda se encontram em aberto. Desdobramentos que informam a potencialidade da crise terminal do desenvolvimentismo, enquanto fórmula parci-

al de compromissos interclasses, estratégia e via de crescimento econômico, sob os marcos da dependência e da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Ao assinalar também alguns fenômenos que transcorrem em âmbito mundial, exploro a hipótese da vigência de uma reconfiguração mais pronunciada da dependência econômica e tecnológica brasileira aos condicionamentos do imperialismo. Encerro com observações sobre horizontes e perspectivas, que me parecem demandar reflexão acerca das contribuições teóricas e políticas do nacionalismo brasileiro dos anos 1950/60.

### **O desenvolvimentismo e a Cepal (1940-60): industrialização e modernização**

Segundo José Luís Fiori (2003: 113), o desenvolvimentismo surge no Brasil, como em demais nações latino-americanas, na esteira das vicissitudes do período entre as duas guerras mundiais (1914-1945), mediadas pela crise econômica internacional de 1929. Os chamados “Estados desenvolvimentistas”, em ascensão, viriam a lançar o foco da atenção para as restrições externas, que inibiam a capacidade de escoamento da produção primário-exportadora e, por conseguinte, de obtenção de divisas para a aquisição de artigos manufaturados. Nesse cenário, promover a industrialização nas sociedades latino-americanas era reconhecido como a “única alternativa” para superar os constrangimentos forâneos e atender a demanda interna, delineando um processo de substituição de importações.

A experiência desenvolvimentista brasileira foi inaugurada pelos sucessivos governos de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. Um país que se apoiava na exportação de bens primários – então tendo no café o item principal –, reorientava a sua economia, visando responder aos dilemas conjunturais e estruturais. Na ótica de José Maria Pereira (2011:122), com isso emergiu uma “visão econômica politicamente engajada na defesa da industrialização”, dotada dos seguintes princípios elementares:

A industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado; o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente (PEREIRA, 2011: 122).

Colaborador do Estado Novo, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o economista Roberto Simonsen foi original e “grande ideólogo” do desenvolvimentismo no país (BIELSCHOWSKY, 2000a: 81). Crítico do liberalismo, da “aplicação dos processos clássicos” (SIMONSEN,

1944: 44), preconizava a necessidade de elevar a renda nacional, promover a estabilidade social e travar uma “guerra ao pauperismo”, por intermédio da criação de estímulos do Estado para a industrialização, via subsídios, crédito etc. Simonsen entendia que o planejamento estatal era a técnica mais apropriada para satisfazer àqueles propósitos – no que rendia tributo às experiências de países europeus capitalistas envolvidos em guerra e, sobretudo, às iniciativas soviéticas. O protecionismo e a participação empresarial do Estado, “onde se mostrar falha ou incapaz a iniciativa privada” (SIMONSEN, 1945: 170), eram outros importantes instrumentos sublinhados. Na ótica de Bielschowsky (2000a: 92), Simonsen manifestava “oposição à elevação dos salários e à tributação sobre os lucros”, de sorte a ampliar a acumulação capitalista industrial.

Vale considerar que, nos anos 1940, o capital sediado nas potências do capitalismo não revelava interesse em destinar investimentos para o setor industrial, nos países periféricos, privilegiando os segmentos dos serviços e da produção agro-minério-primária, além de empréstimos a governos. De modo que o tema do acolhimento do capital estrangeiro não guardava ressonância nos estudos sobre e de Simonsen, aqui mobilizados. Por não ser ainda um assunto espinhoso, na segunda metade da década, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Assembleia Nacional Constituinte, apresentou projeto legislativo que admitia a participação do capital privado na criação de uma empresa exploradora do petróleo, estendendo o direito ao capital internacional. Por seu turno, também Alberto Pasqualini – que posteriormente veio a ser senador da República (1951-55), notabilizado como o “teórico do trabalhismo”, então principal referência intelectual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – não era refratário ao capital estrangeiro. Considerava-o, no período em questão, fator para o desenvolvimento econômico, em função de uma perspectiva que destacava reduzidos recursos financeiros e precário domínio técnico-científico no país (SILVA, 2013: 281).

Cumprido destacar, assim, que entre as esquerdas da época a questão social distributiva e de exercício de poder entre as classes possuía tímida relação com a questão nacional. A articulação entre as questões social e nacional somente se projetou a partir do governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954). A temática do capital estrangeiro aí ganhou reverberação, dividindo posições políticas, intelectuais e a opinião pública. Também um mote decisivo para a promoção de fissuras entre o desenvolvimentismo e o nacionalismo, como teremos a oportunidade de adiante observar.

Constituída em 1948, como divisão técnica da ONU, sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch, a Cepal notabilizou-se pela formulação de estudos que pretendiam diagnosticar e propor soluções relacionadas às singularidades das economias latino-

americanas. Trata-se de instituição que refinou e melhor simbolizou a elaboração teórica desenvolvimentista. A Cepal problematizava o então influente pressuposto liberal, ricardiano, das vantagens comparativas, que advogava a tese de que os países deveriam dedicar-se a setores produtivos em que possuísem “vocação” e maior produtividade e especialização.

Os estudos cepalinos colocaram em evidência o caráter subalterno das economias latino-americanas, assim como denunciaram as desigualdades prevalectes na divisão internacional do trabalho entre os países produtores de bens primários e de bens manufaturados. Os termos mundiais de troca favoreciam exclusivamente as nações industriais. A venda e os preç os internacionais dos produtos primários tendiam a sofrer desvantagens em relação aos bens industrializados, por conta de uma demanda inelástica. Ademais, a tecnologia sob controle dos países centrais também permitiria diminuir a procura mundial por artigos não manufaturados, por intermédio da substituição possibilitada pela produção de componentes e artefatos sint ticos.

Nesse sentido, iluminando uma ideia cara ao desenvolvimentismo, Prebisch (1949: 72) considerava que os esforç os em prol da industrialização eram inescapáveis para a região, tendo em vista incrementar o progresso técnico e elevar “o padrão de vida das massas”, submetidas a precárias condições existenciais, a baixos níveis de rendimento. Nas décadas de 1940 a 1960, os trabalhadores rurais formavam a maioria da população dos países latino-americanos. A melhoria do seu nível de vida constituiria uma base para o incremento da indústria e do consumo interno (PREBISCH, 1952: 213). O autor criticava acidamente o perfil de consumo das camadas sociais mais altas, tido como “perdulário” e “ostentatório”, subcapitalizando essas nações e desviando recursos que poderiam ter aplicação produtiva na formação de parques industriais. Com efeito, a Cepal demonstrava uma sensibilidade distributiva progressista – ausente na abordagem de Roberto Simonsen –, pois a reforma agrária e a reforma tributária faziam parte da sua agenda e do seu universo de proposições (PREBISCH, 1952; SUNKEL, 1958).

Salientando o papel indutor do Estado na dinamização e diferenciação das atividades econômicas, a Cepal, contudo, compreendia ser imperativo o acolhimento do investimento estrangeiro direto. O IED era percebido como complemento à poupança interna das economias latino-americanas. Uma maneira de transcender as limitações do setor externo, marcadas pelas negativas flutuações dos preç os e eventual estagnação nas exportações e, portanto, dificultando a capacidade de importar equipamentos, máquinas. Um fenômeno recorrente, que oferecia obstáculos para uma “rápida diversificação e integração do aparelho produtivo”, con-

forme interpretação oferecida por Maria da Conceição Tavares (1964: 236). Nas palavras de Prebisch (1949: 109):

A produtividade desses países é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade. Para romper esse círculo vicioso, sem deprimir exageradamente o atual consumo das massas, em geral muito baixo, é necessária a ajuda transitória do capital estrangeiro.

De acordo com Bielschowsky (2000b: 29), mesmo defendendo a participação do capital estrangeiro nas economias da região, Prebisch identificava problemas relativos a uma potencial renovação da composição das importações, “derivada da nova estrutura produtiva” que se adensava. Um fenômeno que tenderia a gerar o “desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos”. Apesar da aludida preocupação do economista argentino, o desenvolvimentismo cepalino não abdicava do influxo de capital estrangeiro, tomando-o como requisito à criação da ambiência favorável à industrialização e ao desenvolvimento.

Bielschowsky (2000a), em fecundo e referencial trabalho, realiza uma análise que busca mapear a trajetória do desenvolvimentismo brasileiro. O autor sublinha a existência de uma corrente teórica “desenvolvimentista nacionalista”, que apresentaria uma veia estatizante na indústria de base, mas que, “nos demais setores”, enxergava o capital estrangeiro como recurso “bem-vindo” (BIELSCHOWSKY, 2000a: 127-128). O seu estudo se insere no campo da História Intelectual, tomando como objeto o pensamento econômico elaborado no país. Uma obra dotada de inúmeras virtudes. No entanto, aquela definição contribui para neutralizar especificidades históricas, políticas e intelectuais. Sem recusar a pertinência do seu destaque dado às linhas de continuidade, todavia, o autor, em boa medida, obscurece fronteiras que foram demarcadas entre o desenvolvimentismo e o nacionalismo.

Essa limitação não deixa de ser compreensível, já que o autor localiza Celso Furtado como símbolo maior da aludida corrente teórica. Um célebre economista da Cepal que, no período pré-1964, defendendo a reforma agrária, o planejamento e os investimentos estatais na industrialização, tendia a “ser discreto” no trato da questão do capital estrangeiro (BIELSCHOWSKY, 2000a: 51). Em sua obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, tece considerações muito tímidas e rápidas, em que pese revelarem um certo sentido crítico (FURTADO, 2009). No ano seguinte, com o livro *A pré-revolução brasileira*, Furtado (1962a) fez ponderações críticas mais nítidas, expressando apoio à lei da limitação das remessas de lucros para o exterior, que abordou na sequência. Por outro lado, como ministro do Planejamento do governo João Goulart, formulou o Plano Trienal, tendo em vista oferecer um conjunto de medidas de estabilização econômica associado a sugestões em prol da reforma

agrária (FURTADO, 1962b). O Plano recebeu severos questionamentos entre as amplas forças nacionalistas de esquerda (SILVA, 2017a: 241-242). Considerando os seus trabalhos redigidos na década de 1970 (FURTADO, 1978a; 1978b), bastante questionadores em face do papel desempenhado pelas corporações multinacionais no então 3º Mundo, não teria maiores dificuldades em identificar convergências do pensamento de Celso Furtado com o universo de valores e ideias nacionalistas – no caso, circunscrito ao ideal de um capitalismo autônomo e dotado de bem-estar social, de padrão europeu.

Entretanto, como os próprios personagens políticos, individuais e coletivos, reconhecidos como nacionalistas nos anos 1960, manifestaram fortes divergências com o à época ministro de Estado, torna-se difícil oferecer uma definição taxativa sobre o pensamento furtadiano no período, em termos de linhas divisórias entre o desenvolvimentismo e o nacionalismo. De qualquer modo, estritamente a respeito do critério mobilizado por Bielschowsky para delinear o conceito de “desenvolvimentismo nacionalista”, parece-me historicamente inadequado. Isso por que, especificamente do ângulo da produção intelectual brasileira, entre os anos 1950 e 1964, para além da área de saber econômico, na sociologia e na ciência política foram empreendidos esforços de teorização e análise a quente sobre os desafios brasileiros, que denotam decisivas diferenças entre o desenvolvimentismo e o nacionalismo. Precisamente nesse contexto, o tema do capital estrangeiro – sem ficar restrito a qualquer setor econômico determinado –, gerou clivagens na opinião pública e representou uma das variáveis-chave que norteou a candente e predominante polarização política entre nacionalistas e entreguistas, repercutindo nas reflexões teórico-intelectuais.

### **O nacionalismo brasileiro e o Iseb (1952-1964)**

*Grosso modo*, o nacionalismo e o entreguismo eram constituídos por blocos antagônicos de classes sociais. Os nacionalistas buscavam a representação dos trabalhadores do campo e das cidades, frações da pequena burguesia e da burguesia industrial, com capital sediado no Brasil. Os entreguistas contavam com bases sociais formadas pelos latifundiários, segmentos da pequena burguesia, da grande burguesia comercial e industrial, associada ao capital internacional. Ambos os polos buscavam e encontravam apoio nas Forças Armadas.

O nacionalismo abrangia, entre outros, simpatizantes e filiados do PTB, do PCB e do Partido Socialista Brasileiro. Era portador de ideais socializantes, estatizantes e distributivistas. Apresentava uma acentuada veia anti-imperialista, antenada com uma percepção de solidariedade e cooperação latino-americana (SILVA, 2017b). Revelava uma oscilação entre o

ideal civilizatório socialista e a conformação de um capitalismo nacional e autônomo, restringindo, senão mesmo dispensando, a participação do capital estrangeiro. No tocante aos entreguistas, a União Democrática Nacional e amplos setores do Partido Social Democrático formavam os seus pilares partidários de sustentação. Orientados por uma visão antipopular, elitista e liberal-conservadora, prescreviam um alinhamento da política externa brasileira às diretrizes dos Estados Unidos. Consideravam o capital estrangeiro fundamental para o desenvolvimento.

O debate em torno do padrão de acolhimento do capital estrangeiro na economia foi lançado na esfera pública pelo trabalhista e presidente Getúlio Vargas. O seu governo apresentou e teve projeto editado em 1952, que buscava limitar as remessas de lucros para o exterior. Pressionado, recuou. Na impactante Carta-testamento, Getúlio denunciou a “espoliação do capital estrangeiro” e os seus “lucros exorbitantes”. A imprensa do PCB também revelava atenção com o tema, acusando a “exploração das nossas riquezas” pelos “trustes internacionais” e o “imperialismo”. Entretanto, a temática ganhou repercussão e adentrou a agenda pública por meio das iniciativas legislativas e extraparlamentares assumidas por Sergio Magalhães, deputado federal pelo PTB carioca, um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964) e seu presidente entre 1963 e 1964.

Desde o início do seu primeiro mandato, em 1955, o deputado priorizou o tema da disciplina sobre o capital estrangeiro. Apresentou múltiplos projetos e variadas denúncias à “bomba de sucção” que entendia corresponder o capital estrangeiro. Na perspectiva de Sergio, tratava-se de uma fonte de drenagem de recursos nacionais para fora, descapitalizando o país. Durante anos, encaminhou projetos que buscavam atacar diferentes dimensões do problema: eliminação da oferta de câmbio favorecido às multinacionais; vedação de empréstimos públicos ou de bancos privados no país às empresas de capital estrangeiro; proibição de aquisição de empresas nacionais pelo capital internacional e de atuação em setores econômicos como o farmacêutico, o minerador, o telefônico etc. Em março de 1959 apresentou o projeto que configurou um dos principais assuntos da agenda pública até o golpe de 1964: a limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro. Definia o limite de 8% anual sobre o capital efetivamente proveniente de fora e oferecia contornos aos reinvestimentos que inibiriam, drasticamente, as remessas de lucros e dividendos para o exterior. Isto é, identificando os reinvestimentos como recursos obtidos no país, estabelecia que deveriam ser tratados como capital nacional em mãos de estrangeiros. Não poderiam ser transferidos, condicionando fosse ao investimento na economia nacional, fosse, principalmente, à nacionalização potencial da empresa (SILVA, 2017a).

Esse projeto parlamentar encaminhado no ano de 1959 rapidamente ganhou repercussão. As pautas de reivindicações dos movimentos estudantil e sindical incorporaram e demandaram a sua aprovação. A lei foi sancionada em setembro de 1962. Nos movimentos sociais, nas esquerdas e na imprensa nacionalista (formada por jornais como *Última Hora*, *O Semanário* e *Novos Rumos*, este do PCB), foi considerada a “primeira reforma de base no Brasil”, “um ato patriótico e histórico”, “a nova Lei Áurea”. Jornais conservadores como *O Globo* e *O Estado de S.Paulo* afirmavam que se tratava de um “ato danoso à economia nacional”, “um absurdo totalitário e comunista”, que levaria “à socialização da economia e à miséria do país”. Entidades empresariais, como a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Rural Brasileira, a Fiesp e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, posicionaram-se radicalmente contra a aprovação do projeto parlamentar. O embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, expressava amplo descontentamento, por “ferir os interesses” do seu país. A lei recebeu a regulamentação presidencial, no governo do trabalhista João Goulart, em janeiro de 1964. Em pouco menos de três meses foi instaurada uma ditadura que perdurou por duas décadas e que revogou a lei (SILVA, 2017a).

Nesse contexto, uma geração de intelectuais procurava pensar o Brasil a partir das suas necessidades e singularidades. Eram questionados “modelos” explicativos “transplantados do exterior”, ao menos sem mediação original. Parte expressiva desses intelectuais integrou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Uma instituição do Ministério da Educação, criada em 1955, que “obteve uma alta penetração em todos os setores de vanguarda do país” (DOS SANTOS, 1969: 84). Formado por estudiosos portadores de abordagens teóricas ecléticas, tinha como eixo de preocupações a industrialização e o desenvolvimento nacional soberano. O Iseb desempenhou um significativo “papel na vida política e cultural do Brasil”, até 1964, ano em que foi violentamente fechado pela ditadura (TOLEDO, 2005).

Nesse sentido, escritos publicados por três notórios intelectuais que possuíram estreitos vínculos com o Iseb são ilustrativos do fosso que, então, se construiu entre as concepções nacionalistas e desenvolvimentistas. Refiro-me, em especial, ao livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, publicado em 1958 pelo cientista político Hélio Jaguaribe; a *Nacionalismo e desenvolvimento*, de 1963, do igualmente cientista político Cândido Mendes; e à obra do sociólogo Guerreiro Ramos, editada também em 1963, *Mito e verdade da revolução brasileira*.

Em linhas gerais, o trabalho de Hélio Jaguaribe procurava analisar as teses esposadas pelos partidários do nacionalismo e do entreguismo – rebatizado pelo autor como “cosmopolitismo”, com o intuito de retirar uma conotação pejorativa de suas teses. Operava um empre-

endimento intelectual que visava não apenas descrever as postulações e visões de mundo antagônicas, mas especialmente delinear uma síntese que eventualmente permitisse pensar e dar respostas aos desafios nacionais, a partir da combinação parcial dos princípios mobilizados pelos dois polos da disputa política. Trata-se de uma obra que repercutiu negativamente nas hostes nacionalistas, promovendo uma crise no próprio Iseb. Gerou extraordinária polêmica e desgaste, culminando no afastamento institucional de Jaguaribe e de Guerreiro Ramos (FOLHA DE S.PAULO, 1998; TOLEDO, 1997). Um livro que possibilita observar com razoável clareza a diferença entre o desenvolvimentismo, ao fim e ao cabo representado por Jaguaribe no estudo em tela, e o nacionalismo, mais propriamente identificado adiante, em Guerreiro Ramos e em Cândido Mendes.

Jaguaribe (2013: 14) considerava prevalecer um “radicalismo equivocado e insensato” nas abordagens nacionalistas e “cosmopolitas”. Entendia que o nacionalismo brasileiro superestimava a “capacidade nacional de investimento”, assim como “o preparo tecnológico do país”, se “insurgindo” contra o capital estrangeiro ao identificá-lo como “fator de espoliação das riquezas naturais do país e um processo de agravamento de nossa dependência colonial” (JAGUARIBE, 2013: 50). O autor compreendia que os nacionalistas não distinguiam “os meios dos fins, que é promover o desenvolvimento” (JAGUARIBE, 2013: 70). Transcendendo a força simbólica oriunda da campanha em prol da constituição da Petrobras, Jaguaribe defendia a quebra do monopólio estatal da exploração do petróleo e a autorização à concorrência do capital estrangeiro, de sorte a reduzir “ao mínimo possível a perda de eficiência” e promover o desenvolvimento (JAGUARIBE, 2013: 70; 176). Em sua ótica, apoiando-se em diagnósticos e prescrições cepalinas, “avultam as necessidades de elevar a poupança nacional e de completar, com o concurso do capital estrangeiro, nossa capacidade de investimento em outros setores” (JAGUARIBE, 2013: 189). Mesmo fazendo menção à “consequência nefasta” do “déficit em nosso balanço de pagamentos”, Jaguaribe (2013: 220-247) entendia ser indispensável a participação do capital estrangeiro, na expectativa de ver elevadas a produtividade, a densidade tecnológica e ampliada a geração de empregos. Depositava a esperança de que isso possibilitaria a condução do “capitalismo brasileiro à maior compatibilidade com as exigências de democracia social e de massas” (JAGUARIBE, 2013: 129). Ademais, afirmava ser necessário à burguesia brasileira “conquistar a liderança” sobre as “demais classes sociais”, cumprir com a sua “tarefa” a favor da “revolução democrática e nacional” e contra o atraso primário-exportador, o “colonialismo econômico” (JAGUARIBE, 2013: 130).

Significativamente espelhando a experiência em curso do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), que estabeleceu o tripé desenvolvimentista brasileiro da associação empresarial

entre Estado, capital privado nacional e multinacional – alcançando média de crescimento do PIB superior a 8% ao ano (IBGE, s/d) –, o ideário de Jaguaribe, em boa medida, pode ser traduzido por meio da definição oferecida por Roberto Campos à diretriz econômica de Juscelino: “O que interessava” a ele “era onde estava a fábrica e não onde morava o acionista” (FERREIRA, 2012: 303).

Concebendo o imperativo de uma coalizão interclasses, que envolvesse também o proletariado e as classes médias, Jaguaribe (2013: 83), não obstante, criticava as “reivindicações desmesuradas” do proletariado. Adepto de uma política exterior tipificada pela neutralidade em relação aos Estados Unidos e à União Soviética, aberta ao comércio e à diplomacia também com o bloco socialista, Jaguaribe (2013: 372), todavia, considerava “indispensável” manter o PCB na ilegalidade e adotar “severa repressão à agitação comunista”, definindo ser o partido um “inconveniente, para o poder nacional, que resulta de sua agitação de massas”. Tais postulados tinham em vista propor meios para evitar suscetibilidades na inserção internacional do país. Nesse sentido, como oportunamente destaca Cesar Guimarães (2001), a “distância” entre o nacionalismo e o desenvolvimentismo não se localiza somente no posicionamento em relação ao capital estrangeiro. Mas, também, envolve a questão política da participação popular nos processos decisórios e nos rumos a serem descortinados e perseguidos pela sociedade e o Estado. Essa dimensão democrática consoante à dilatação da capacidade participativa popular está ausente da perspectiva de Jaguaribe, como sempre foi escanteada – senão reprimida – pelo desenvolvimentismo. Ainda conforme Guimarães (2001: 169), o “desenvolvimentismo procura sempre a linha de menor resistência”. Na contramão, o rígido e conflitivo posicionamento em face do capital estrangeiro, bem como o apelo à participação e à mobilização democrática mais elástica, consistem em dois parâmetros decisivos que peculiarizavam o nacionalismo. Senão, vejamos.

Por seu turno, Cândido Mendes tomava como objeto de estudo os fenômenos do colonialismo, do subdesenvolvimento e dos movimentos terceiro-mundistas de libertação nacional. Identificava convergências entre realidades nacionais e regionais distintas, sobretudo chamando a atenção para os esforços do “proletariado externo do Ocidente”, em que se configurariam as populações do “mundo periférico”, em romper com o *status* de objeto de vontades alheias. Classificava o nacionalismo como “expressão da passagem de objeto para sujeito histórico” (MENDES, 2005: 60), pelos povos subalternizados e espoliados na divisão internacional do trabalho.

Observando distintas experiências nacionais periféricas, Cândido Mendes (2005: 73-75), basicamente, aventava duas possibilidades de autodeterminação nacional: a via do capita-

lismo nacional e autônomo, almejando o desenvolvimento social e a industrialização autóctone, assentado na existência de uma burguesia interna comprometida com a emancipação nacional e articulada com os trabalhadores assalariados e as classes médias; e a via socialista, tomando Cuba como caso exemplar, derivada da “ausência de burguesias internas” ou de sua “identificação” com os interesses estrangeiros. Enxergava para o Brasil uma abertura à primeira via, com a existência de uma burguesia doméstica industrial em ascensão, mas por meio de um “movimento anticolonial numa plataforma prévia à reivindicação de classe”. Um movimento que procuraria suprimir a “velha ordem”, sustentada pelos latifundiários e pela burguesia comercial (MENDES, 2005: 134).

Do ponto de vista da mudança nas estruturas econômicas, faziam parte da sua agenda “libertadora” a reforma agrária e um firme controle sobre o capital estrangeiro. Mendes (2005: 186) apoiava o projeto legislativo da limitação das remessas de lucros para o exterior e manifestava preocupação com o que designava o “novo avatar do colonialismo – o colonialismo industrial”. Destacava os encargos crescentes no balanço de pagamentos do Brasil, em função da participação do capital estrangeiro na economia nacional, com remessas de lucros, direitos de patentes etc. De um lado, asseverava que “se tornam extremamente arriscadas as transplantações e a importação direta de técnicas estrangeiras”, entre outros, por diminuir a absorção de trabalhadores. De outro, Mendes (2005: 325-329), ainda no tocante ao capital estrangeiro, sublinhava sua simpatia somente pela forma de “empréstimo financeiro”, por representar “uma definitiva incorporação de recursos à economia subdesenvolvida”. De sua análise, se pode perceber uma proeminência maior concedida ao dirigismo econômico do Estado, enquanto agente promotor do desenvolvimento, da industrialização e do bem-estar.

Do ponto de vista político, o autor evidenciava a relevância de experiências terceiro-mundistas que apostavam na dilatação da participação popular: “Não é sem razão” que vários “países subdesenvolvidos têm procurado fazer, de suas reuniões cívicas, plebiscitos permanentes em que se entrose, de fato, a definição de rumos governamentais com o palpar-se a emergência completa de uma consciência nacional” (MENDES, 2005: 382). Ademais, ao assinalar o imperativo da “emersão do povo” nas “coletividades periféricas”, mirando apossar-se de seu “destino, pelo nacionalismo”, Mendes (2005: 384) não apenas ressaltava o caráter democrático e participativo do nacionalismo, como deixava em aberto, de maneira ambígua, o “problema dos modelos” de desenvolvimento “ao nível do processo histórico”. Como veremos na sequência, sintonizado com Guerreiro Ramos, o pensamento de Mendes abria uma janela para o socialismo, em função das incertezas da dinâmica social e política.

O então ex-professor isebiano e deputado federal trabalhista Guerreiro Ramos, baseado em uma perspectiva sociológica, fez extenso balanço das teorias marxistas da revolução, revisando certos conceitos influentes. Questionava abertamente o PCB e as suas teses relativas à imaturidade do socialismo no Brasil e à “etapa” burguesa-industrial da “Revolução Brasileira” (RAMOS, 2016: 79-80). Argumentava que o socialismo estava na ordem do dia no cenário mundial, “sob a forma da consciência reivindicadora dos povos, principalmente dos chamados subdesenvolvidos” (RAMOS, 2016: 79). Ramos (2016: 251) afirmava que a “Revolução” estava “madura no Brasil”. Contudo, o significado conferido não deixava de expressar oscilações. Assim como Cândido Mendes o percebia no panorama internacional, identificava duas alternativas revolucionárias em um “capitalismo dependente”, como no Brasil: uma estrada menos violenta, em que “uma burguesia nacional se sente explorada pelo setor estrangeiro”, e se integraria, pois, à luta contra o latifúndio “pré-capitalista” e o capital estrangeiro. Outra via, cuja “tarefa” seria “insurrecional”, socialista, na qual aquela burguesia tenderia a apresentar maior “temor” do “proletariado” e coparticiparia da “leonina acumulação de capital” pelos “titulares estrangeiros” (RAMOS, 2016: 79-80).

Em diversas passagens do seu livro, o sociólogo ressaltava, animadamente, a capacidade mobilizatória, reivindicativa e a consciência política dos trabalhadores. Guerreiro Ramos fazia ainda uma aposta no potencial revolucionário da burguesia doméstica industrial, apesar de “não enxergar empresários hábeis” para participar do processo. Percebia em organizações como a FPN, o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, “fins revolucionários ocultos ou expressos”, mas criticava a falta de coordenação das esquerdas para levar adiante as “tarefas da Revolução”, quais sejam: elevar as “forças produtivas”, com uma industrialização autossustentada, e combater o latifúndio e o capital estrangeiro, “responsável pela exploração predatória de nossos recursos” (RAMOS, 2016: 91; 272). Reformismo, participação popular intensa e certa ambiguidade entre a construção de um capitalismo nacional e soberano e o socialismo. Duas vias em aberto e não necessariamente conflitantes desdobravam-se do nacionalismo.

Ainda atinente ao Iseb, o filósofo Roland Corbisier demonstrava uma confluência menos ambígua com um nacionalismo de orientação socialista. Asseverava que independente do crescimento econômico e industrial ocorrido no governo Kubitschek, o Brasil permanecia como “área descentralizada do capitalismo metropolitano, um país periférico, marginal, de economia dependente e complementar dos centros dominantes”. Tratava-se, pois, de uma “nação proletária” (CORBISIER, 1962: 104). Interpretando o capital estrangeiro “como to-

talmente desnecessário” e “espoliativo”, Corbisier (1962: 111) defendia um “planejamento estatal socialista” para superar a “situação colonial” e a “dependência econômica” brasileira.

Também no seio das esquerdas nacionalistas, o jovem Luiz Alberto Moniz Bandeira participava da Política Operária, com os igualmente jovens Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, entre outros. Em estudo publicado em 1962, Moniz Bandeira convergia, em boa medida, com os diagnósticos e reclamos nacionalistas, mas refutava o papel conferido por pecebistas e alguns isebianos à burguesia industrial nacional. Em sua perspectiva, ela já se encontrava integrada ao capital estrangeiro, via empréstimos e parcerias. Ela receava “ferir o imperialismo”, pretendendo “melhor redistribuição da mais-valia”, mas não queria “briga”. Também não teria interesse na reforma agrária: “Teme tocar no estatuto da propriedade privada, abrindo o precedente para que se faça o mesmo na indústria” (MONIZ BANDEIRA, 1979: 74). O autor defendia a “emancipação nacional” por intermédio do ataque combinado ao imperialismo e ao capitalismo, considerando que o sentido da “Revolução Brasileira” deveria ser explicitamente socialista. A estratégia política precisaria ser apoiada no papel hegemônico dos trabalhadores urbanos e rurais (MONIZ BANDEIRA, 1979: 151).

Esse nacionalismo bifronte, que flertava com os oscilantes propósitos de um capitalismo nacional e autônomo e de uma via socialista, tipificou os heterogêneos grupos, partidos, lideranças políticas e movimentos sociais, que comungavam ideais reformistas, politicamente participativos e hostis ao capital estrangeiro. Foram todos derrotados com o golpe civil-militar de 1964. Mas, seguramente, trata-se de um nacionalismo que, mesmo compartilhando alguns tópicos, diagnósticos e teses, foi muito além das aspirações e fórmulas econômicas e políticas do desenvolvimentismo.

### **A teoria marxista da dependência, a crítica ao desenvolvimentismo teórico e o desenvolvimentismo “empírico” da ditadura civil-militar**

No curso da segunda metade dos anos 1960, reuniram-se em Santiago, no Centro de Estudos Socioeconômicos da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, diferentes intelectuais que tinham em vista empreender diagnósticos e análises sobre a América Latina. Denotavam o objetivo de problematizar determinados postulados canônicos do desenvolvimentismo cepalino, como também identificar as (re)configurações da força de incidência do imperialismo e da dependência na região. Cientistas sociais brasileiros exilados com o golpe de 1964, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, integraram-se e ofe-

receram contribuições teóricas decisivas para a formulação do paradigma da teoria marxista da dependência.

Isso posto, Theotônio dos Santos (1969: 109) acenava para as limitações do desenvolvimentismo nos seguintes termos: “O primeiro equívoco” deste “modelo de desenvolvimento” foi idealizar o “processo de industrialização e modernização”. Em sua avaliação, “a criação de uma sociedade moderna não eliminou a formação de um vasto setor social urbano, não integrado nesta sociedade”, de trabalhadores que “compõem os chamados marginalizados”. Ademais, a capacidade de “decisão política e social não foi transferida para o interior desses países”, apesar da formação de uma “estrutura produtiva”, industrial, “para o mercado interno”. As expectativas desenvolvimentistas, em geral, de promover o bem-estar social e elevar a oferta de empregos – compatível com as necessidades da força de trabalho –, por meio da industrialização, não se concretizaram. Também a almejada ruptura com a dependência saiu frustrada. Para o autor, o processo modernizante havia gestado uma “mudança nos padrões da dependência” (DOS SANTOS, 1969: 18), introduzindo uma “nova divisão internacional do trabalho”, devido à canalização dos investimentos estrangeiros diretos no setor industrial, sobretudo na economia brasileira, que transcorria silenciosamente desde meados dos anos 1950. Aproximadamente 50% das inversões estadunidenses no Brasil dirigiam-se à indústria (DOS SANTOS, 1969: 18-47). Com efeito, a chamada burguesia nacional optou por um posicionamento subserviente em face das corporações multinacionais, contribuindo para a desnacionalização de boa parte do parque produtivo, fenômeno que inviabilizaria, conforme Dos Santos (1969: 111), “a possibilidade de constituição de uma economia capitalista nacional e independente”.

Para usar uma categoria mobilizada por Cândido Mendes, “o colonialismo industrial” redundava, sob a interpretação de Dos Santos (1969: 49), em sérios problemas, em função dos altos custos envolvidos com a remessa de lucros e os crônicos déficits no balanço de pagamentos: “É necessário mais de 1/3 das divisas do país para pagar os serviços do capital externo”. As críticas destinadas ao desenvolvimentismo são evidentes. Porém, no tocante a um aspecto do ideário nacionalista, sobretudo isebiano e pecebista, aquelas também se manifestavam: refiro-me, em especial, à aposta no potencial pretensamente “revolucionário” e “emancipador” da burguesia industrial brasileira. Na ótica de Dos Santos (1969: 110), essa burguesia buscou apenas se acomodar à integração subordinada da economia nacional aos imperativos das economias capitalistas centrais. Por conseguinte, a única alternativa à dependência seria o socialismo. Entretanto, a anterior e ácida crítica desferida pelos nacionalistas ao grande

capital internacional seria acolhida. Na teoria marxista da dependência talvez tenha ganhado maior refinamento.

Na TMD, Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1971) igualmente desfraldavam questionamentos às teses cepalinas. Analisando dados relativos ao padrão dos investimentos estrangeiros no subcontinente, consideravam que as “relações internacionais passaram de uma vinculação basicamente financeira-comercial com os países dominantes a uma vinculação industrial-tecnológica” (CAPUTO; PIZARRO, 1971: 68). Os autores problematizavam a ênfase concedida pelos estudos da Cepal à observação da balança comercial, ressaltando a importância crescente de uma análise sobre o balanço de pagamentos. A desnacionalização, particularmente do setor industrial em países como Argentina, Brasil e México, repercutia em gastos crescentes com serviços de assistência técnica, patentes, royalties, remessas e dividendos ao exterior, agudizando a crise no balanço de pagamentos e aumentando a necessidade da conversão de moeda local em dólares a serem reservados ao atendimento dos compromissos e interesses do capital estrangeiro (CAPUTO; PIZARRO, 1971: 321). Como consequências, prevaleciam maiores limitações na escolha nacional pela aplicação das divisas auferidas com as exportações, menores instrumentos de decisão política, econômica e tecnológica interna e incremento da dívida externa para cumprir com tais obrigações. O imperialismo, operando sob a forma da exportação de capitais, fazia-se não só presente como dilatava o seu poder exercido sobre os países periféricos.

Segundo Samir Amin (1974: 221), as multinacionais desenhavam, então, uma nova divisão internacional social do trabalho, assegurando ao centro do sistema capitalista “as atividades estratégicas, as que chamam vulgarmente de ‘software’”, relegando o “‘hardware’ à periferia”. A clivagem entre trabalho intelectual e manual projetava-se na DIT, nas relações estabelecidas entre as economias nacionais. Fenômeno, em grande parte, ainda predominante.

Na mesma conjuntura em que nascia a teoria da dependência, em 1969 foi lançado no cinema a obra do diretor Glauber Rocha, hoje considerada um clássico: *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, cujo cenário é uma pequena cidade do interior da Bahia. A narrativa explora certas figuras arquetípicas da estrutura de poder no Brasil e personagens representativos de uma eventual mudança no panorama social. O filme possui uma passagem muito ilustrativa do que se poderia nomear como crítica ao “desenvolvimentismo teórico”. Um “coronel”, símbolo maior do poder no meio rural, dialoga com o seu aliado político, delegado de polícia e candidato a prefeito, a respeito da contratação de um jagunço para acabar com os

distúrbios sociais.<sup>3</sup> Resumidamente, o delegado afirma que os “investidores do Sul” requerem “ordem” na região, para trazer a indústria. Segundo o delegado, a “reforma agrária” também “viria aí para acabar com os conflitos”. Um sinal de “progresso”, “novos tempos”. O “coronel”, surpreendido, alega indignado que não iria “dividir a terra com esses miseráveis”, indagando “porque que é que esses doutores ficam se metendo nas coisas da terra, as coisas da terra é comigo”. Eles “podem saber de máquinas”, mas “não quero saber de ajuda de americano, de reforma agrária, de indústria”.

Por extensão, um importante tópico da agenda da Cepal, a reforma agrária – que chegou a ser incorporado pela Aliança para o Progresso, elaborada pelo governo Kennedy em resposta à Revolução Cubana –, foi rejeitado pelo desenvolvimentismo “empírico”. Investimento direto externo, Estado, industrialização e grande propriedade da terra, iriam combinar-se em bloco, descartando veleidades reformistas. O “coronel” exigia participar da fórmula de coalizão burguesa, resguardando os seus interesses. De resto, para as classes trabalhadoras subordinadas e marginalizadas, apenas a violência da “ordem” e possíveis oportunidades de emprego mal remunerado, no desenvolvimentismo reativado pela ditadura civil-militar, entre fins dos anos 1960 e a década seguinte.

Os sentidos do golpe e da longa ditadura civil-militar instaurada em 1964, fundamentalmente, giraram em torno do favorecimento à transnacionalização da economia brasileira, ao silêncio e à repressão sobre a capacidade participativa, organizacional e mobilizatória de amplas frações das classes trabalhadoras e da pequena burguesia. Em elevada medida, também expurgar da vida pública os nacionalistas. Tais propósitos gestaram, entre outros, a desnacionalização do parque produtivo industrial. Um regime autoritário que reservou às empresas estrangeiras setores, especialmente os de bens de consumo, tipificados “pela utilização da tecnologia mais intensiva e escalas de produção maiores do que as existentes nos demais” (MONIZ BANDEIRA, 1975: 188). De acordo com Moniz Bandeira (1975: 192-193), tal posição foi alcançada, sobremodo, não por meio da injeção de recursos externos, mas via reinvestimentos, ou seja, lucros e demais receitas obtidas no Brasil.

Após o interregno liberal e contracionista da economia, no governo do mal. Castello Branco, o desenvolvimentismo que marcou a era JK foi recuperado e incrementado, tendo em vista propiciar ao regime ditatorial legitimidade política. Conforme interpretação de Francisco Luna e Herbert Klein (2014: 95), o crescimento econômico acelerado e induzido pelo Estado foi explorado como recurso. Desse modo, durante boa parte da ditadura, o Estado ampliou a

<sup>3</sup> O “coronel” é interpretado pelo ator Jofre Soares e o delegado por Hugo Carvana.

sua atuação nos setores de indústria básica e de infra-estrutura, de sorte a viabilizar as condições para a expansão dos negócios privados internacionais e nacionais. Um projeto desenvolvimentista que permitiu a expansão da oferta de emprego, mas assentado em uma “política salarial restritiva”, tendo em vista ampliar a acumulação capitalista (LUNA; KLEIN, 2014: 97-101). Entre os anos de 1968 a 1980, a taxa média de crescimento econômico do país atingiu expressivos 8,96% (IBGE, s/d). Um número espetacular, mas que não se traduziu em redução das desigualdades sociais, menos ainda em ruptura com a dependência.

A indústria aumentou a sua participação no PIB, respondendo por cerca de 21% nas décadas de 1970 e 1980 (FIESP/CIESP, 2017: 6).<sup>4</sup> A dívida externa foi ampliada e a contínua elevação das taxas de juros internacionais, a partir do final da década de 1970, estrangulou a capacidade indutora do Estado, redundando na chamada década perdida (1980), em que as medidas de austeridade, ajuste fiscal e contração econômica, condicionadas pelo Fundo Monetário Internacional, falaram mais alto, esgotando as possibilidades da industrialização e do aquecimento econômico (LUNA; KLEIN, 2014: 105-108; CAMPOS; RODRIGUES, 2014: 397). Após as “vacas magras” dos anos 1980 e o período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – marcado pela integração subordinada à globalização, intensificando a dependência, a desnacionalização produtiva e financeira, assim como rejeitando o crescimento econômico estimulado pelo Estado –, parecia que o desenvolvimentismo “empírico” não tinha mais fôlego. Mas, com certas mutações, reapareceu no cenário, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

### **O “neodesenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma (2003-2016)<sup>5</sup>**

Tomando como pano de fundo a experiência dos anos 1990, cujas ações de governos eram confluentes com o chamado neoliberalismo, acompanhado ainda da mobilização da controversa categoria de percepção convencionalmente conhecida como “nacional-desenvolvimentismo”, outros conceitos têm sido explorados e delineados, com vistas à captura das diferenças, sobretudo, entre as eras FHC e lulopetista.

Os historiadores Daniel Aarão Reis (2014) e Jorge Ferreira (2012) têm utilizado a expressão “nacional-estatismo”. Concebem como conceito que busca apreender uma cultura política de longa duração e que atravessaria diferentes conjunturas e fenômenos políticos,

<sup>4</sup> Em 1947, a indústria representava 12,1% do PIB. Em 1964, 16,5% (FIESP/CIESP, 2017: 6).

<sup>5</sup> Essa e a seção que segue são versões parciais de trabalho apresentado no *I Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: o pensamento crítico latino-americano*, promovido pelo GPETED/UFF, em novembro/dezembro de 2017 na Universidade Federal Fluminense.

entre a Revolução de 1930 e os governos Lula e Dilma. Trata-se de categoria interpretativa que denota similares características e as mesmas limitações apresentadas pelo antigo “nacional-desenvolvimentismo”: faz tábula rasa de decisivas diferenças históricas e perspectivas políticas, revelando problemático caráter generalizante. Ao fim e ao cabo, se presta a servir mais como recurso teórico que procura iluminar padrões de relacionamento Estado/mercado distintos do liberalismo. É pouco.<sup>6</sup>

Por sua vez, o filósofo e cientista político Marcos Nobre (2013) explora uma categoria a qual designa “social-desenvolvimentismo”, propondo o mapeamento das experiências de governo do PT, em face do chamado “nacional-desenvolvimentismo” dos “anos 1930 a 1980”. Fundamentalmente, assinala a singular ampliação do consumo popular induzido pelo Estado como traço distintivo do “social-desenvolvimentismo”. Entende que a cultura política conservadora, de baixa densidade democrática, inibiria as potencialidades desse novo desenvolvimentismo, que demandaria acelerar o “passo” rumo a um maior reformismo distributivista e a uma dilatação da participação democrática (NOBRE, 2013: 132-150). Um limite saliente nessa abordagem consiste na percepção de uma potencial gestação de intensidade democrática maior e políticas social e economicamente reformistas, desconsiderando os marcos da dependência tecnológica e do padrão subalterno de inserção do país na divisão internacional do trabalho. Subjacente ao conceito de “social-desenvolvimentismo”, encontra-se a difusa ideia de um país “desenvolvido, mas injusto”.

Esse perfil de análise não deixa de ressoar princípios políticos influentes e que atravessaram um antigo debate desenrolado entre intelectuais das esquerdas brasileiras dos anos 1980. Particularmente, refiro-me a um diálogo modelar, travado em mesa redonda composta pelo filósofo Carlos Nelson Coutinho, pelo sociólogo Francisco Weffort e pelos economistas Theotônio dos Santos e João Machado (COUTINHO *et al.*, 1986). Faço abaixo uma rápida digressão.

Em boa medida, a discussão girou em torno de caracterizações da sociedade brasileira e de eventuais estratégias socialistas revolucionárias. Coutinho explorava a disjuntiva “via ocidental/via oriental” estabelecida por Gramsci, compreendendo que a primeira “via” seria tipificada por países que revelariam uma sociedade civil pujante, complexa, com espaços (semi)autônomos – em relação ao poder coercitivo do Estado – de exercício da hegemonia. Quanto ao “oriente”, a marca seria a preponderância do Estado sobre uma sociedade civil

<sup>6</sup> A adoção dessa categoria generalizante e empobrecida, por Ferreira, incorre em contradição com seus destacados trabalhos historiográficos sobre o trabalhismo, que colaboraram decisivamente para a problematização de pressupostos associados a outra categoria interpretativa controversa: o populismo.

mais ou menos amorfa. Desse modo, para Coutinho, o Brasil apresentava um quadro de “ocidentalização”, em virtude do “dinamismo da sociedade civil” e do “desenvolvimento capitalista industrial”. Em sua compreensão, o socialismo estaria na ordem do dia, mas em conformidade com o que chamava de “via ocidental”: um processo de acúmulo de forças sociais, de longo prazo, em que a democracia e o pluralismo partidário deveriam ser concebidos como parâmetros políticos centrais. Questionava as ideias de “revolução explosiva”, de “assalto ao poder”, tidas como típicas da “via oriental”.

O debate concentrou-se nas controvérsias entre Coutinho e Theotônio. Este discordou frontalmente da caracterização feita sobre o Brasil. Theotônio dos Santos, que problematizava a própria validade da disjuntiva conceitual, entendia que o país possuía uma indústria dominada pelo capital internacional, relativizando, pois, o suposto “desenvolvimento capitalista brasileiro”. Portanto, percebia uma nação dotada de parco domínio tecnológico e baixa capacidade decisória interna. Do ponto de vista social, a ampla marginalização, o subemprego crônico e o desposseamento de direitos elementares entre vastas camadas trabalhadoras, não informariam a prevalência de um “dinamismo da sociedade civil”. Assim, pouco teria o Brasil de “ocidental”. Nesse sentido, a análise de Nobre (2013), que traz ecos remotos de Coutinho, não deixa de reverberar traços de uma problemática caracterização do país, e de suas possibilidades democráticas, alheios ao perfil da base produtiva material.

Isso posto, o trabalho da cientista política Tatiana Berringer (2015) parece-me oferecer uma abordagem mais oportuna e esclarecedora acerca da experiência dos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma. A autora sustenta que prevaleceu um “neodesenvolvimentismo”. Uma orientação de políticas em que o Estado desempenhou um papel indutor na economia, com programas de obras públicas, créditos subsidiados às empresas que internacionalizaram suas atuações, compras governamentais, ampliação do emprego e dos salários, redundando em aquecimento da demanda interna e do mercado. As instituições e empresas sob o raio de ação e controle do Estado, que restaram do período abertamente privatista de FHC, permitiriam o impulsionamento do crescimento econômico, mesmo que mais modesto em comparação ao desenvolvimentismo dos períodos de JK e da ditadura civil-militar.

Uma política deliberada de industrialização também estaria fora do escopo da referida experiência político-econômica, em contraste com o antigo desenvolvimentismo. Atendendo, especialmente, aos interesses da burguesia interna e contando com razoável grau de apoio e consenso entre as classes subordinadas, o “neodesenvolvimentismo” lulopetista seria marcado, na política exterior, por uma linha de “subordinação conflitiva” em face do imperialismo –

de resto, como se poderia igualmente tipificar boa parte da trajetória da ditadura instalada em 1964 –, distinguindo-se da “submissão passiva” de FHC (BERRINGER, 2015: 220).

Segundo a autora, os horizontes dessas experiências de governos petistas foram delimitados pelas aspirações do bloco de poder hegemônico pela burguesia interna (agronegócio, construção civil, mineração, indústria naval etc.), que pretendia “concorrer com o capital imperialista” – o capital estrangeiro –, “sem que para isso” precisasse “romper os laços de dependência” (BERRINGER, 2015: 150). As tensões da “frente neodesenvolvimentista” tendiam a crescer, no que respeita à distribuição da elevação da renda nacional, com o condomínio burguês de poder opondo-se, sistematicamente, aos históricos direitos trabalhistas, a “reformas estruturais” e à política salarial (BERRINGER, 2015: 161). Se adicionarmos teses delineadas por Lúcio Flávio de Almeida (2015), tais como a de que a “fração rentista no interior do bloco de poder” era muito atuante e de que os “segmentos ‘produtivos’ da burguesia interna” viviam “sob o constrangimento e a atração de uma elevada taxa de juros que imobiliza quase metade da receita do Estado brasileiro”, em linhas gerais, a caracterização dos governos Lula e Dilma, feita por Berringer (2015), parece-me elucidativa.

Por conseguinte, alguns números são importantes para compreendermos o perfil desses governos, que recuperaram e ressignificaram o desenvolvimentismo, como também as suas limitações e os desafios não equacionados, cujos desdobramentos se fazem sentir na conjuntura política e econômica atual.

O decantado arranjo da conciliação interclasses apoiou-se, sobretudo, na elevação das exportações entre 2003 e 2011 (com o registro de queda em 2009, na esteira da crise financeira da bolha imobiliária dos EUA). As receitas em divisas deram importante sustentação ao reformismo fraco e não conflitivo com o grande capital. Os números são fabulosos: em 2003, as exportações alcançaram volume superior a 73 bilhões de dólares. Em 2011, atingiam a cifra de mais de 256 bilhões de dólares. Desde 2012 as exportações caíram, em especial em 2015 (–15%).<sup>7</sup> Diga-se, exportações assentadas, em maioria absoluta, na produção de bens primários. Nossas importações formadas por bens manufaturados. Conforme dados do Banco Central, entre 1998 e 2017, uma participação média superior a 80% dos artigos importados, com pequeno refluxo entre os anos 2003 e 2008. Os três principais produtos da pauta de exportações brasileiras têm sido soja, óleo bruto e minério de ferro. As mercadorias tiveram crescente elevação mundial de preços entre 2003 e 2008, oscilando para baixo em 2009, e novamente tendo os seus preços aumentados até 2012. Desde então, petróleo e minério de ferro convive-

<sup>7</sup> MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. *Série histórica, período: janeiro de 1997 – julho de 2017, totais mensais e acumulados, s/d.*

ram com substantiva queda. A título de ilustração, para ficar somente com o petróleo, em 2012 o barril atingia a cifra de cerca de U\$110. Entre 2015 e 2016 variou entre 50 e 35 dólares. O preço da soja revela padrões mais estáveis.<sup>8</sup> Note-se que me refiro a *commodities* cuja participação na pauta comercial brasileira tem girado em torno de 20% a 30%. Entre janeiro e julho de 2017 alcançou a casa de 32,5%.<sup>9</sup>

Além da balança comercial, uma nuance imprescindível para a reflexão sobre o “neodesenvolvimentismo” é o balanço de pagamentos. Aí também a dependência e o imperialismo, sob o prisma da exportação de capitais, fazem-se sentir. Um fenômeno há muito submetido à arguta análise de Lênin (1979) e, décadas depois, evidenciado por estudos realizados pela teoria marxista da dependência. Na ótica de Ellen Wood (2014), a exportação e a circulação de capital consistem na face mais nítida do imperialismo contemporâneo, na medida em que ele se manifesta por meio dos “imperativos econômicos”, deixando na retaguarda outros recursos de poder e força. Em síntese, como manifestação da concentração monopolista/oligopolista nos centros do capitalismo, a exportação de capitais corresponde à busca por mercados forâneos, de modo a elevar lucros e acumulação, controlar recursos naturais, trabalho barato, monopolizar técnicas e processos de trabalho, deslocar contradições sociais internas para o exterior, estender a capacidade decisória sobre mercados etc. Precisamente nesse quesito, tanto o imperialismo, quanto o seu reverso, a dependência, incidem sobre a realidade brasileira, inclusive no período “neodesenvolvimentista” do lulopetismo. Um olhar atento sobre o balanço de pagamentos é esclarecedor.

Consoante dados disponibilizados pelo Banco Central, no intervalo dos anos de 1995 a 2016,<sup>10</sup> o saldo mais claro relativo à exportação de capital (rubrica Renda investimento direto, em que se incluem as remessas de lucros para o exterior) tem sido sempre negativo. Tem demonstrado acentuada perda de recursos nacionais a partir de 2005, com número duas vezes superior à média de anos anteriores da série. Considerando os anos de 2003 a 2016, o saldo somado foi de quase –316 bilhões de dólares. O volume mais pronunciado, nesta série histórica, foi entre os anos de 2010 e 2012, com U\$135.295 bilhões negativos. No que concerne ao fenômeno que Samir Amin (2009) afortunadamente chama de “renda monopolista/imperialista”, isto é, derivada do monopólio tecnológico – envolvendo gastos para o país receptor com serviços de patentes, propriedade intelectual, computação etc. –, o saldo foi bas-

<sup>8</sup> A respeito, consultar preços do minério de ferro (2010-17) em: VALE (s/d). Sobre barril do petróleo (2000-16), ver: NEXO (2017). Acerca da soja (2006-15), ver BLACK (2015).

<sup>9</sup> MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. *Série histórica, período: janeiro de 1997 – julho de 2017, fator agregado e produtos*, s/d.

<sup>10</sup> BANCO CENTRAL. *Série histórica do balanço de pagamentos – 6ª edição do manual de balanço de pagamentos e posição de investimento internacional (BPM6)*, s/d.

tante negativo. Entre 2003 e 2016, cerca de 41 bilhões de dólares negativos em serviços de propriedade intelectual. Algo em torno de -30 bi dólares em telecomunicações e computação. Outros itens do balanço revelam os mesmos padrões negativos.

Em 2015, de acordo com os últimos números do Banco Central (2017), o estoque de capital estrangeiro na economia nacional situava-se em torno de 568 bilhões de dólares. Para o mesmo ano, com o PIB brasileiro estimado em U\$1,51 trilhões, em valor de moeda convertida e como referência o mês de janeiro de 2016, aquele número correspondia a cerca de 1/3 do nosso PIB. Em 1995, nos primórdios do Plano Real, esse estoque de capital estrangeiro atingia a casa de pouco mais de U\$41 bilhões, o que então equivalia a algo em torno de 6% do PIB.<sup>11</sup> A principal fonte de inversões no Brasil é o capital proveniente dos Estados Unidos, seguido por países da União Europeia. Diferentemente do fenômeno identificado entre as décadas de 1950-70, que valia para o início da década de 1990, o destino do IED demonstra um deslocamento da indústria para o setor de serviços, com mais de 60% do total. Desse modo, não é ocioso argumentar que a drenagem dos excedentes é elevadíssima. Como sublinha Amin (1974: 262): “A apropriação do excedente gerado na periferia pelo capital central depende diretamente da apropriação por este capital dos meios de produção principais”.<sup>12</sup>

Ademais, conforme dados da Cepal,<sup>13</sup> o investimento estrangeiro direto, desde o ano de 1990 cresceu bastante até 2016. Revela um salto significativo no ano de 1996, chamando atenção, em particular, a partir de 2009. O ano de 2011 representou o pico, com registro de U\$85.090 bilhões. Uma combinação de privatizações de empresas estatais, fusões e aquisições, abertura comercial, conformam tais números. Tudo somado, quanto maior a atuação do capital estrangeiro e de seu controle patrimonial, maiores as remessas de lucros, dividendos, royalties, aluguel de equipamentos etc. para fora. Maior a canalização dos excedentes para o exterior e a desnacionalização do aparato produtivo-financeiro.

Cumprindo ainda ponderar que, na esteira dos neoliberais anos 1990, também o “neodesenvolvimentismo” lulopetista foi configurado pela intensificação do processo de reprimarização e de desindustrialização da economia brasileira. De resto, fenômeno extensivo a toda a América Latina, com a frágil e peculiar exceção do México (VIDAL, 2011; OSORIO, 2012; BORÓN, 2013). De 16,9% de participação industrial no PIB brasileiro, em 2003, o setor foi reduzido a 13,9% em 2011, atingindo a casa de 11,7% em 2016 (FIESP/CIESP, 2017). Note-se que essa desindustrialização não é similar aos fenômenos transcorridos no capitalismo cen-

<sup>11</sup> BANCO CENTRAL. *Investimento estrangeiro direto – censo 1995 e ingressos 1996 a 2000*, s/d.

<sup>12</sup> Inspirando-se na perspectiva dos economistas Paul Sweezy e Paul Baran, Amin (1974: 184-186) classifica os excedentes como recursos que cobrem a mais-valia, os impostos do Estado e as “rendas improdutivas”.

<sup>13</sup> CEPAL. *Estadísticas e indicadores*. Santiago, s/d.

tral, já que nestes países os serviços ocupam maior espaço nas economias internas, mas acompanhados de domínio científico-tecnológico e da centralidade decisória sobre as suas indústrias que se deslocam, particularmente, para a Ásia. A desindustrialização brasileira, em boa medida, é decidida pelo capital estrangeiro – que predomina no setor –, e não se apoia em um incremento técnico-científico próprio, internalizado e irradiado para demais setores econômicos do país.

Isso posto, do ângulo mais propriamente distributivo, se pode afirmar que, além das chamadas políticas compensatórias (preconizadas há tempos pelo Banco Mundial, como resposta ao desemprego e ao subemprego aumentados pela abertura comercial e as privatizações), políticas públicas que ganharam envergadura nos governos de Lula e Dilma, em especial simbolizadas pelo programa Bolsa Família, também os salários tiveram a participação ligeiramente elevada no PIB. De algo em torno de 40% em 2000, ascendeu a 45% em 2010 (TOSONI, 2014: 47). Fatores que contribuíram para o crescimento econômico e do consumo interno.

Sem pretender esgotar o leque de variáveis incidentes, por sinal, heterogêneo, não é demasiado argumentar que o processo político de natureza golpista que veio a destituir a presidente Dilma Rousseff sofreu o influxo de alguns fenômenos econômicos assinalados. Com a crescente dependência do setor primário-exportador, a queda na receita – com a redução de preços e do volume de exportações – retirou fôlego da tática da conciliação assimétrica interclasses. Sua viabilidade erodiu e demandava uma saída: ou o conglomerado burguês-oligárquico doméstico e multinacional arcava com os custos da retração nas receitas, ou a ampla maioria das brasileiras e dos brasileiros. Ademais, o processo de desnacionalização financeiro-produtiva foi ampliado, dilatando o raio de interesses e injunções forâneas na sociedade e no Estado brasileiro.

A Fiesp, organismo burguês que desempenha uma função representativa e gerencial das corporações multinacionais, detentora de papel decisivo na violação da soberania do voto popular, operou com um jargão autoexplicativo, em meio ao processo político golpista: “Não vamos pagar o pato!”. Não está pagando mesmo. São as classes trabalhadoras e frações da pequena burguesia que estão a receber a fatura das limitações de uma economia periférica e dependente, primário-exportadora, cujo nível de desnacionalização do parque produtivo é crescente e alarmante. Essa dupla condição de vítima e objeto, em que se encontram, em especial, os segmentos populares e médios dos trabalhadores, é também desastroso fruto político de um renitente e histórico traço do desenvolvimentismo, operado à exaustão pelo lulopetismo: o desprezo em incentivar a mobilização dos trabalhadores e a dilatação participativa

democrática. Um apassivamento político e sindical que tem propiciado terreno favorável a duros ataques a direitos sociais e trabalhistas e aos interesses nacionais.

### **O pós-golpe de 2016: a agudização da dependência e a provável crise terminal do desenvolvimentismo**

A violação da soberania do voto popular e a ruptura do assimétrico pacto interclasses, assegurado pela Constituição de 1988, promoveram a ruína do regime político pós-ditatorial. Eventos e situações que expressam uma verdadeira guerra de classes aberta pelas burguesias. Sem tergiversações: o conglomerado nacional e internacional de estratos burgueses que levou a cabo o golpe de 2016 – e que tem dado sustentação ao governo de Michel Temer – é norteado pelo entreguismo. Na história contemporânea brasileira, o liberalismo é somente uma forma elegante de designar o entreguismo deslavado, isto é, uma concepção de país a que se reserva o *status* colonial não de cultura, mas sim de “natureza”, conforme Roland Corbisier (1960: 69). Território e não sociedade. Uma perspectiva muito conveniente aos países hegemônicos do capitalismo e, a cada dia mais, às elites políticas e econômicas internas àqueles subalternamente associados.

A chamada “Ponte para o futuro” (PMDB, 2015) aplicada pelo governo Temer revela um esquema de percepção que tem ampliado os mecanismos da dependência. Estímulos à privatização, à abertura comercial e maiores incentivos ao setor primário-exportador representam o eixo das diretrizes do programa de governo, que tem sido duramente aplicado. Projetos de aquisição e arrendamento (semi)ilimitado de terras por pessoas jurídicas estrangeiras, abertura e privatizações nos setores de infraestrutura e energia. Enormes isenções fiscais a empresas petrolíferas estrangeiras para importação de equipamentos e maquinário na exploração do pré-sal. A privatização da Eletrobras e da Petrobras no horizonte, assim como outras empresas estatais no setor de serviços. Um crescente viés de desnacionalização dos meios de produção. Rígida e recessiva política anti-inflacionária, colocando o dinheiro na posição de mercadoria mais valorizada. Os bancos agradecem.<sup>14</sup>

O cenário que vem se descortinando, dramaticamente, é pautado por menores controles e usos nacionais dos excedentes e maior concentração de riqueza e rendimentos – via compartilhamento ampliado dos excedentes econômicos entre as frações burguesas forâneas e domésticas (com essas últimas, tendencialmente, mais dedicadas à especulação financeira e imobili-

<sup>14</sup> VALOR (2016; 2017); PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2017); CANAL RURAL (2017); JORNAL DO BRASIL (2017); CONGRESSO EM FOCO (2017); DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO (2018).

ária). As faixas burguesas internas organizam-se para extrair mais das classes médias e trabalhadoras, já que há um aumento na apropriação dos excedentes nacionais pelo capital internacional. A elevação da taxa de exploração do trabalho – com efeito, uma maior marginalização social – torna-se resultado natural, já iluminado pela contrarreforma das leis trabalhistas. Como demonstram a lei do teto dos gastos públicos, em âmbito federal (que estabelece o congelamento, por 20 anos, dos investimentos em educação e pesquisa), e a deliberada estratégia de desmonte das instituições de Ensino Médio e Ciência e Tecnologia no estado do Rio de Janeiro e demais estados-membros da Federação, o ensino e a pesquisa estão submetidos a fortes ataques. Tratam-se de ações que inviabilizam qualquer ideia de Nação. Inviabilizam a educação básica e superior. Mas, são coerentes com a visão neocolonial do bloco de poder. Colônia não cria. Importa. Um ajuste aos novos padrões do capitalismo dependente e periférico que emergem no país. Tomando por referência reflexão de Darcy Ribeiro (1988), pode-se argumentar que as mudanças que se processam no Brasil convergem com o fenômeno capturado pela ferramenta teórica da “atualização histórica”.

Nos termos darcynianos, a “atualização histórica” corresponde à experiência de uma sociedade e de uma economia reflexa, periférica, ou seja, que produz parca ou nenhuma tecnologia própria de ponta e cuja existência tende a ser orientada para satisfazer os imperativos políticos e econômicos do centro do sistema capitalista. Fornecedora de matéria-prima, de alimentos, recursos energéticos ou submetida a uma “industrialização recolonizadora”, o modo de ser da sociedade reflexa é remeter lucros e riquezas ao centro do capitalismo, sempre se adaptando a este. Uma extensão subordinada. Um objeto a seu serviço (RIBEIRO, 1988, p.34-43). Nos marcos estabelecidos pela dependência, a hipótese de “atualização histórica” brasileira indica a tendência a conformar um processo de agudização do neocolonialismo. A respeito, o aporte teórico da economista Vânia Bambirra é bastante valioso para identificar alguns dos seus contornos. A autora mapeia dois específicos tipos históricos de configurações da dependência na América Latina. Importa sublinhar esses tipos, na medida em que permite esclarecer a nossa hipótese.

Segundo Bambirra (2012: 55-62), os países de “tipo A” são conformados por perfis de sociedade que desenvolveram controles semiautônomos sobre o parque produtivo – produção primária e industrial. Isso até a metade do século XX. Já os de “tipo B”, notadamente neocolonizados, conviveram com parte significativa dos meios de produção, agrários e industriais (quando indústria havia), sob o domínio de companhias estrangeiras. O Brasil, a Argentina e o México seriam exemplares do “tipo A”. A oligopolização das empresas multinacionais – articulada à criação de barreiras de entrada aos seus ramos de mercado –, após a 2ª Guerra Mun-

dial e, no caso brasileiro, particularmente, depois da instalação da ditadura de 1964, tenderia a desnacionalizar as indústrias locais. Porém, ainda assim, o conglomerado burguês de dominação seria mais heterogêneo e complexo do que nas economias de “tipo B”.

Portanto, adotando os critérios da interpretação de Bamberger (2012), compreendo que o que está em curso no Brasil representa uma intensa conversão do sistema produtivo para perfis semelhantes ao “tipo B” de dependência e subalternidade ao centro do capitalismo. Um neocolonialismo acentuado, sem maiores mediações por parte da burguesia doméstica. Já não é, como nos anos 1960-70, reservar a indústria para o capital internacional, sobretudo a mais sofisticada do ponto de vista técnico-científico aplicado. O setor manufatureiro perdeu primazia nas inversões externas, ainda que sob o seu controle maior, ou talvez precisamente por isso, e tem sofrido um verdadeiro enxugamento no país. Como vimos, nas últimas duas décadas, o setor de serviços tornou-se alvo privilegiado dos investimentos diretos estrangeiros. A desnacionalização do sistema produtivo-financeiro avançou bastante e agora acena para o próprio setor primário-exportador, bens naturais e de infraestrutura.

Entre outras implicações decorrentes, abre-se o cenário não somente para um imenso desequilíbrio nas contas externas e para a elevação da dívida pública. Mas, me arrisco a dizer, também para a crise terminal do desenvolvimentismo brasileiro, após as crises da teoria cepalina e do desenvolvimentismo industrializante da ditadura. Instituições e centros decisórios minimamente internalizados – conhecidos instrumentos do arranjo político-econômico desenvolvimentista – estão sob o fogo cerrado do bloco transnacional no poder, que almeja a absoluta alienação patrimonial e gerencial. O “desenvolvimento” sob os limites restritivos do subdesenvolvimento e da dependência, a face mais clara do desenvolvimentismo “empírico”, tende a ser superado. Instrumentos mínimos à disposição do Estado, para alocar recursos e coordenar o crescimento econômico, em evaporação.

O projeto do imperialismo e dos seus títeres internos indica o alvo da perenização rentista-neocolonial. Mesmo o modesto desenvolvimentismo em xeque, tomado já como inadmissível.<sup>15</sup> A criminalização de Lula – sob o patrocínio do próprio grande capital, tão beneficiado por seus governos – é símbolo importante. Trata-se de um potencial misto de incremento inaudito das privatizações, para valorização e reprodução do capital da burguesia interna parasitária, e de desnacionalização ainda mais estendida, dotada da transferência do poder de

<sup>15</sup> Vale ponderar que Klein (2007: 90-91) salienta um amplo descontentamento da diplomacia e da área de segurança estadunidense, ainda nos anos 1950, não apenas com o nacionalismo econômico latino-americano – concebido como protocomunista na lógica da Guerra Fria –, como também com o desenvolvimentismo cepalino.

fato para fora do país, pouco importando se as corporações que venham a adquirir as empresas e os bens públicos sejam de capital estatal ou privado.

Por extensão, é relevante assinalar a emergência de sérios problemas em escala internacional, que servem, no mínimo, como pano de fundo para pensar nos aludidos fenômenos em curso no Brasil. Uma questão que requer chamar a atenção é a projeção de cenários futuros, que integra a agenda e as ações do “imperialismo coletivo da tríade”, Estados Unidos, União Europeia e Japão (AMIN, 2009: 33). Refiro-me, particularmente, à mudança climática. Segundo Naomi Klein (2015: 27-29), o objetivo assumido mundialmente pelos países, de atingir um limite de 2°C de aquecimento nas próximas décadas, “já é considerado utópico” por autoridades temáticas, como a Agência Internacional de Energia. As estimativas giram entre 4°C e 6°C. Se concretizadas, as consequências para a convivência humana serão muito graves, mormente nos países do sul global, em função de uma potencial instabilidade climática, com flutuações de secas e inundações. Acesso a terras cultiváveis e à água potável tende a motivar um “virulento saque neocolonial” a ser promovido pelo maior responsável pela elevação mundial da temperatura: o “norte global” (KLEIN, 2015: 59-71).

Considerando o irracional e “excessivo” padrão de consumo adotado pelas potências capitalistas, sobretudo a sociedade estadunidense, um padrão que impõe uma “sobrecarga ecológica ao planeta”, Atilio Borón (2013: 128-149) afirma que o controle mundial dos bens naturais, em latente estado de esgotamento e escassez, representa “uma questão importante do ponto de vista econômico, senão uma questão de segurança nacional”, sobremodo para os EUA. Petróleo, gás, minerais estratégicos, água doce e ecossistemas favoráveis à produção de alimentos. Eis alguns dos bens na mira da volúpia imperialista. Borón (2013: 93-97) alerta ainda para a atratividade da América Latina, sob o ponto de vista geopolítico estadunidense, precisamente porque a região possui em abundância todos aqueles bens naturais. Só o Brasil detém mais de 10% da água doce e 20% da biodiversidade do planeta. Não é ocioso frisar que, ainda de acordo com Borón (2013: 103), os gastos militares dos EUA, no ano de 2010, superaram a “totalidade de gastos de todos os países do planeta”, denotando uma forte tendência à “militarização” das suas “relações internacionais”. Na América do Sul estão instaladas mais de 20 bases militares, particularmente localizadas na região amazônica (BORÓN, 2013: 309-311). Vivenciando a perda do monopólio da vanguarda tecnológica, o enfraquecimento do dólar como meio de troca e a erosão da sua hegemonia global, os EUA exercem poder imperial por meio da dominação bruta. Os riscos envolvidos para o conjunto da periferia e para o Brasil, se evidentes no noticiário cotidiano, tenderão a ser mais salientes em escala de tempo não muito larga (BORÓN, 2013: 279; BRUCKMANN, 2018).

## O necessário contraponto nacionalista e socialista

Na esteira das formulações teóricas isebianas, é necessário destacar que, destituído de uma burguesia doméstica comprometida com a soberania e a “emancipação nacional”, o capitalismo só pode lograr em um país periférico sob os marcos da dependência e da posição subordinada na hierarquia das relações internacionais estabelecidas pela civilização do capital, implicando em uma sociedade sem personalidade própria, a reboque de determinações alienígenas. No Brasil, como em muitas nações periféricas, as burguesias internas são submissas aos seus “amos estrangeiros”, beneficiando-se “de uma verdadeira renda política” que usufruem como gerentes dos “centros dominantes” (AMIN, 2009: 87). Nesse sentido, somente o socialismo pode consistir em alternativa à ruptura com a dependência, sobretudo nos quadros de agudização da subalternidade nacional ao neocolonialismo. A antiga disjuntiva luxemburguiana, “socialismo ou barbárie”, encontra-se na ordem do dia.

Mas, é forçoso considerar que, se o socialismo, porventura, puder medrar no Brasil, ganhar corpo, ampla inteligibilidade e reconhecimento popular, só poderá fazê-lo se tiver a capacidade de articular as questões social e democrática com a questão nacional. Insinuanes e sedutoras teses de extração da esquerda pós-moderna, à moda de Antonio Negri (NEGRI; COCCO, 2005), desprezam completamente a questão nacional, concebida enquanto “fetichismo” anacrônico sem relação com a “independência social”. Um posicionamento que tende a se manifestar difusa e fragmentariamente entre movimentos sociais e esquerdas partidárias e intelectuais. No entanto, a civilização do capital, que estabelece um comando espoliativo e hierárquico sobre as classes trabalhadoras, o faz igual e paralelamente sobre territórios e povos. Nesse preciso sentido, a Nação Brasileira inconclusa e ora submetida a graves ameaças oriundas da reconfiguração da dependência, do alheamento intensificado de seus centros e recursos decisórios internos e do latente aumento da marginalização social, requer, como motivo de sobrevivência digna, que as classes trabalhadoras subalternas, oprimidas e marginalizadas, em aliança com estratos da pequena burguesia, desempenhem a tarefa construtiva que as burguesias internas nunca tiveram capacidade, vontade, nem compromisso em realizar: construir uma consciência e um país “para si”, dotado de uma subjetividade que perceba a “realidade” e conceba “autonomamente o projeto de transformá-la em seu favor” (PINTO, 2005). Torna-se imperativo entrecruzar as vicissitudes e aspirações de corte classista com projetos e desafios nacionais, acenando capacidade dirigente não corporativa, mas universalista.

O socialismo requer a combinação com o nacionalismo. Nenhuma demanda ou iniciativa distributiva – aumentos salariais, educação, tributação progressiva etc. –, afeita, pois, à questão social, possui hoje, se é que já deteve, capacidade de realização ou institucionalidade ao arrepio de problemas relativos ao perfil da inserção de uma economia na divisão internacional do trabalho. As notas teóricas e demais apontamentos anteriores procuraram, em parte, evidenciar isso. Dessa maneira, a questão social tem que se articular com a questão nacional. Ademais, qualquer caminho que se persiga em prol da construção de uma sociedade socialista, no tempo presente, deverá lidar com o hibridismo das formas de propriedade: privada, associativa/cooperativa, estatal. As duas últimas, potencialmente, destinadas aos grandes meios de produção, marcados, não raro, por características oligopolistas e de monopólio natural.

Como ressalta Amin (2010: 27-28), a via de desenvolvimento dotada de uma orientação socialista exige como princípio básico um “desenvolvimento autocentrado”, isto é, em elevada medida apoiado nos recursos, esforços nacionais e na criatividade popular. De um lado, em função dos constrangimentos, boicotes e pressões naturalmente emanados das estruturas de poder internacionais e das classes dominantes internas deslocadas de suas posições de prestígio e força. De outro, visando reter no país a capacidade de apropriação dos excedentes econômicos aí formados e de acumulação autóctone. Produção baseada na propriedade nacional, com variações de gestão e controle, conversão dos recursos naturais em bens públicos e criação de um domínio tecnológico próprio. Os potenciais efeitos positivos, sob o ponto de vista do bem-estar social, tendem a ser multidimensionais.

Consoante ainda à perspectiva de Amin (2009), é inevitável um certo grau de “desconexão” com as linhas que dão os contornos das relações comerciais, políticas, militares e econômicas em âmbito internacional – habitualmente tecidas pela força assimétrica do imperialismo. É impossível pensar em socialismo e ruptura com a dependência sem levar em conta variáveis nada hospitaleiras da cena mundial, cujas normas são modeladas, principalmente, pelos imperativos dos países centrais do capitalismo. Por essas e outras razões, as contribuições teóricas e políticas do nacionalismo brasileiro pré-1964 são muito importantes. O anti-imperialismo, a dispensabilidade ponderável do capital estrangeiro, a fim de balizar um desenvolvimento sobremodo autossustentado, sem qualquer despreço à cooperação e a coalizões mundiais e regionais com países que denotem interesses convergentes, requerem a mais intensa participação política democrática da maioria. Um preceito ético para o socialismo. Mas, portador de sentido prático, assentado no nacionalismo.

## Referências

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Neonacional-desenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula. São Paulo: **Lutas Sociais**, PUC-SP, vol.19, n.35, jul/dez. 2015, p.142-159.

AMIN, Samir. **El desarrollo desigual**: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico. Barcelona: Fontanella, 1974.

\_\_\_\_\_. **La crisis**: salir de la crisis del capitalismo o salir del capitalismo en crisis. Espanha: El Viejo Topo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A via de desenvolvimento de orientação socialista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro – o ciclo do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª ed., 2000a.

\_\_\_\_\_. Apresentação. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

BORÓN, Atílio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Hiru, 2013.

BRUCKMANN, Monica. América Latina y la nueva dinámica del sistema mundial. **Rebelión**, 02/08/2018. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=244832>>. Acesso realizado em: 16/08/2018.

CAMPOS, Fábio Antonio de; RODRIGUES, Fernando Henrique L. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira. **História Econômica e História de Empresas**: ABPHE, v. 17, n.2, p. 377-414, 2014.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Imperialismo, dependencia y relaciones internacionales**. Santiago: Ceso, Universidade de Chile, 1971.

CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/Iseb, 1960.

\_\_\_\_\_; et.al. **A questão da remessa de lucros**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

COUTINHO, Carlos Nelson; et.al. Mesa redonda: a estratégia da revolução brasileira. **Crítica marxista**: a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Jorjês, 1986, p.131-156.

DOS SANTOS, Theotônio. El nuevo carácter de la dependencia. MAR, José Matos (org.), **La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia**. Buenos Aires: Amorrortu, 1969, p.11-113.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. FONSECA, Pedro Cezar D.; ZAHLUTH, Pedro P. (orgs.), **A era Vargas**. São Paulo: Unesp, 2012, p.295-322.

FIORI, José Luís. **O voo da coruja**: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

\_\_\_\_\_. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

\_\_\_\_\_. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965), 1962b. MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.), **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p.51-67.

\_\_\_\_\_. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1978a.

\_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, Maria Alice R. (org.), **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p.155-175.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília: Funag, 2013.

KLEIN, Naomi. **Esto lo cambia todo**: el capitalismo contra el clima. Barcelona: Paidós, 2015.

\_\_\_\_\_. **La doctrina del shock**. Barcelona: Paidós, 2007.

LENIN, V.I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.92-111.

MENDES, Cândido. **Nacionalismo e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: EdUcam, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Carteis e desnacionalização**: a experiência brasileira – 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. O caminho da revolução brasileira. MONIZ BANDEIRA, Luiz A., **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.65-183.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Globa(AL)** – biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.), **Padrão de reprodução do capital** – contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p.103-133.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**: Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v.6, n.9, jul/dez. 2011, p.121-141.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**, v.I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais, 1949. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.69-136.

\_\_\_\_\_. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico, 1952. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.179-215.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.11-29.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. Petrópolis-RJ: Vozes, 5ª ed., 1988.

SILVA, Roberto Bitencourt da. **Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista**. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sergio Magalhães e suas trincheiras: nacionalismo, trabalhismo e anti-imperialismo** – uma biografia política. Jundiaí-SP: Paco, 2017a.

\_\_\_\_\_. A revolução cubana no Brasil (1959-1964): recepção e solidariedade nas esquerdas nacionalistas e em O Semanário. **Tempos Históricos**: Mal. Cândido Rondon-PR, Unioeste, v.21, 1º sem., p. 437-467, 2017b.

SIMONSEN, Roberto. A planificação da economia brasileira, 1944. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Brasília: Ipea, 3ª ed., 2010, p.35-50.

\_\_\_\_\_. O planejamento da economia brasileira, 1945. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Brasília: Ipea, 3ª ed., 2010, p.127-179.

SUNKEL, Osvaldo. A inflação chilena: um enfoque heterodoxo, 1958. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.307-345.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil, 1964. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.217-237.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. TOLEDO, Caio Navarro de (org.), **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.137-164.

\_\_\_\_\_. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: Unicamp, 2ª ed., 1997.

TOSONI, Germán Alarco. Participación salarial y crecimiento económico en América Latina, 1950-2011. **Revista Cepal**: Santiago, n.113, ago.2014, p.43-60.

VIDAL, Gregório. México: o secundário-exportador e o aprofundamento do subdesenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**: Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v.6, n.9, jul/dez. 2011, p.383-405.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

### Fontes primárias

BANCO CENTRAL. **Estoque de investimentos diretos no país (IDP)**. Brasília, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/Censo%202016%20ano-base%202015%20-%20resultados.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Investimento estrangeiro direto – censo 1995 e ingressos 1996 a 2000**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index1.asp?idpai=INVED>>. Acesso em 2 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Série histórica do balanço de pagamentos – 6ª edição do manual de balanço de pagamentos e posição de investimento internacional (BPM6)**. Brasília, s/d. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist\\_bpm6.asp](http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp)>. Acesso em 2 abr. 2018.

BLACK, Clarissa. **O preço da soja nos últimos 10 anos**. Porto Alegre: Panorama internacional, FEE, v.1, no.1, 2015. Disponível em: <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/o-preco-da-soja-no-ultimo-decenio/>>. Acesso em 10 ago. 2017.

CANAL RURAL. **Venda de terras para estrangeiros ainda gera polêmica**. 13.mar.2017.

CEPAL. **Estadísticas e indicadores**. Santiago, s/d. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web\\_cepalstat/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web_cepalstat/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)>. Acesso em 7 abr. 2018.

CONGRESSO EM FOCO. **Câmara aprova medida que concede isenção de impostos para petrolíferas estrangeiras**. 29 nov. 2017.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. **Governo Temer espera que privatização da Eletrobras ocorra antes das eleições.** 27 mar. 2018.

FIESP/CIESP. **Panorama da indústria de transformação brasileira.** São Paulo: Depecon, 14ª ed., 30 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=236253>>. Acesso em 28 mar. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. **Entrevista: o Brasil no laboratório de Hélio Jaguaribe.** São Paulo, 15 fev.1998.

IBGE. **Série histórica do PIB,** s/d. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_media/ibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls)>. Acesso em 5 abr. 2018.

JORNAL DO BRASIL. **Governo anuncia 57 privatizações, incluindo a Casa da Moeda.** Rio de Janeiro, 23 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Série histórica, período: janeiro de 1997 – julho de 2017, fator agregado e produtos,** s/d. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em 11 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Série histórica, período: janeiro de 1997 – julho de 2017, totais mensais e acumulados,** s/d. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em 11 ago. 2017.

NEXO. **Um histórico visual da queda do preço do petróleo,** 18/01/2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/Um-hist%C3%B3rico-visual-da-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo>>. Acesso em 10 ago. 2017.

PMDB. **Uma ponte para o futuro.** Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: <[http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Investimentos externos mostram recuperação da confiança, diz Quintella.** Brasília, 29 mai. 2017.

VALE. **Índices de minério de ferro,** s/d. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/iron-ore-pellets/paginas/iron-ore-indices.aspx>>. Acesso em 14 ago. 2017.

VALOR. **Investimento estrangeiro em infraestrutura sobe 500% no ano.** 29 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Casa Civil quer venda de terra a estrangeiro sem limite de área.** 06 abr.2017.